



Uma Nova Economia: o papel da Inovação e a responsabilidade compartilhada na regeneração do mundo

A New Economy: The Role of Innovation and Shared Responsibility in the Regeneration of the World

Una Nueva Economía: El Rol de la Innovación y la Responsabilidad Compartida en la Regeneración del Mundo

Thaís Andrade Colicchio

Mestra em Sistemas de Informação e Comunicação, FT-Unicamp
t263015@dac.unicamp.br

Laura Martins de Carvalho

Pesquisadora de Pós-doutorado, CEUCI, UNICAMP, Brasil
lauramarcarvalho@gmail.com



RESUMO

Este estudo teve como objetivo discutir diferentes modelos econômicos e conceitos que sustentam o desenvolvimento econômico, analisando o surgimento de "Novas Economias" sob múltiplas perspectivas. A pesquisa se concentrou especialmente na interseção entre turismo e desenvolvimento local, destacando arranjos colaborativos multi-stakeholders necessários para a proteção e regeneração dos ambientes naturais. A pesquisa adotou uma abordagem sistêmica, utilizando exemplos práticos que contextualizam o turismo como um vetor de desenvolvimento sustentável e colaborativo. Foram analisados arranjos de colaboração entre diversos atores para ilustrar como as ações coletivas podem gerar impacto positivo nas economias locais e globais. O estudo também considerou a inovabilidade como um catalisador para a promoção do desenvolvimento sustentável. O estudo identificou que novas parcerias e conexões, especialmente por meio do turismo e do compartilhamento de espaços e conhecimentos, são fundamentais para materializar ações coletivas voltadas para a proteção dos bens comuns (*commons*). Verificou-se que o desenvolvimento sustentável depende da colaboração humana e da corresponsabilidade em relação à natureza, atualmente em desequilíbrio devido à ação humana. Conclui-se que é essencial reconhecer e valorizar o regionalismo e o contexto do Sul Global para promover um desenvolvimento social mais igualitário e inclusivo. O conceito de regeneração deve ser integrado à economia de impacto, promovendo uma relação mais construtiva entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos ambientes naturais, com todos os agentes desse ecossistema, incluindo a Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regenerativo, Novas Economias, Inovação, Colaboração e Turismo Sustentável

ABSTRACT

This study aimed to discuss different economic models and concepts that support economic development, analyzing the emergence of "New Economies" from multiple perspectives. The research focused especially on the intersection between tourism and local development, highlighting multi-stakeholder collaborative arrangements necessary for the protection and regeneration of natural environments. The research adopted a systemic approach, using practical examples that contextualize tourism as a vector of sustainable and collaborative development. Collaborative arrangements between different actors were analyzed to illustrate how collective actions can generate a positive impact on local and global economies. The study also considered innovativeness as a catalyst for promoting sustainable development. The study identified that new partnerships and connections, especially through tourism and the sharing of spaces and knowledge, are fundamental to materializing collective actions aimed at protecting the Commons. Finding that sustainable development depends on human collaboration and co-responsibility towards nature, currently in imbalance due to human action. It is concluded that it is essential to recognize and value regionalism and the context of the Global South to promote more egalitarian and inclusive social development. The concept of regeneration must be integrated into the impact economy, promoting a more constructive relationship between economic development and the preservation of the natural environment, with all agents of this ecosystem, including Planet Earth.

KEYWORDS: Regenerative Development, New Economies, Innovation, Collaboration, and Sustainable Tourism

RESUMEN

Este trabajo tuvo como reto discutir diferentes modelos y conceptos económicos que sustentan el desarrollo económico, analizando el surgimiento de las "Nuevas Economías" desde múltiples perspectivas. La investigación se centró especialmente en la intersección entre el turismo y el desarrollo local, destacando los acuerdos de colaboración entre múltiples partes interesadas necesarios para la protección y regeneración de los entornos naturales. La investigación adoptó un enfoque sistémico, utilizando ejemplos prácticos que contextualizan el turismo como un vector de desarrollo sostenible y colaborativo. Se analizaron acuerdos de colaboración entre diferentes actores para ilustrar cómo las acciones colectivas pueden generar un impacto positivo en las economías locales y globales. El estudio también consideró la innovación como catalizador para promover el desarrollo sostenible. El estudio identificó que nuevas alianzas y conexiones, especialmente acerca del turismo y el compartir de espacios y conocimientos, son fundamentales para materializar acciones colectivas destinadas a proteger los bienes comunes (Commons). Se encontró que el desarrollo sostenible depende de la colaboración humana y la corresponsabilidad hacia la naturaleza, actualmente en desequilibrio debido a la acción humana. Se concluye que es fundamental reconocer y valorar el regionalismo y el contexto del Sur Global para promover un desarrollo social más igualitario e inclusivo. El concepto de regeneración debe integrarse en la economía de impacto, promoviendo una relación más constructiva entre el desarrollo económico y la preservación de los ambientes naturales, con todos los agentes de este ecosistema, incluso la Madre Tierra.

PALABRAS CLAVE: Desarrollo Regenerativo, Nuevas Economías, Innovación, Colaboración y Turismo Sostenible



1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico se apresenta como um constante paradoxo da promessa de uma "Nova Economia", que desde 1983 - apresentada pela Revista Time por Charles P. Alexander, e assim sucessivamente ao longo do tempo pautadas por uma leitura de necessidade de movimentos e mudanças em cenários econômicos desgastados e com a expectativa de novos patamares de desenvolvimentos tecnológicos (Digitalização - Revolução da Informação (Michael J. Mandel, 1996). A Sociedade encontra-se novamente frente a este paradigma na busca por uma "Nova Economia", agora no século XXI pautada pelo Desenvolvimento Sustentável e as pressões da rápida aceleração pelas mudanças climáticas.

A cada ciclo é possível observar novos modelos econômicos sendo propostos, a exemplo da Economia Donut (*Doughnut Economics*, RAWORTH, 2017) para citar a publicada pela economista Kate Raworth em 2017 - que combina os limites planetários aos sociais aplicados na realidade dos tempos atuais. Entramos no ciclo da necessária pauta de regeneração do planeta, que demanda uns impactos socioambientais positivos, não mais a busca pela operação neutra dos sistemas e da economia humana no planeta. Uma revolução que foi se formando desde os anos 1995:

Com o uso do termo Desenvolvimento Regenerativo/'regenerative development', pelo Regenes Group do trabalho do J.T. Lyle. Então, acelerou entre os anos de 2016-2018, ganhando visibilidade pela publicação do Wunderman Thompson, onde o Report declarava "A Nova Sustentabilidade: Regeneração"/'The New Sustainability: Regeneration'. (Roma Dhanani, 2023, tradução nossa).

A Economia de Impacto é também uma referência feita ao crescimento econômico que busca desenvolvimento sustentável e designa uma categoria de negócios, nos quais o crescimento está diretamente associado à escalada de seu impacto positivo, que podem gerar com soluções questões e aos problemas socioambientais atuais.

Economia de Impacto é a criação de novas oportunidades para o crescimento do valor da empresa ao mitigar riscos e buscar oportunidades de inovações. Isso está abrindo novas formas de valor para empresas e avançando seu impacto lado a lado com seu lucro. (World Economic Forum -WEF, 2023, tradução nossa).

Colocado este novo desafio, embarcou-se um papel chave para a inovação na humanidade, o de entregar avanços tecnológicos que acelerem o impacto positivo ao ritmo de regeneração, ou seja invertendo o ciclo de degradação em rápida escala até então observados.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Central

Propor uma Comparação entre diferentes conceituações para o Termo uma "Nova Economia"

2.1.1 Objetivos Secundários

Apresentar exemplos e casos aplicados para contextualizar:
a. um movimento atual de inovação que impulsiona o desenvolvimento sustentável;



- b. baseado no território e arranjos locais e atividades econômicas com impacto socio-ambiental positivo;
- c. Segundo o contexto do Turismo e o Desenvolvimento Local.

3 METODOLOGIA

3.1 Etapas de Pesquisa

- A. Levantamento de Conceitos "Guarda-Chuva" (Construção do Quadro Comparativo)
- B. Conceituação do Cenário em Turismo e Desenvolvimento Local (extração e explicitação de elementos em comum dos diferentes Construtos/Definições)
- C. Curadoria de Cases e Exemplos Aplicados (exemplificação de aplicação dos conceitos em cenários e contextos atuais)

3.2 Detalhamento do Método de Análise

Neste artigo, buscamos incentivar a reflexão e o debate sobre a interconectividade entre diferentes abordagens de desenvolvimento econômico, com foco nas "Novas Economias" que fortalecem a trajetória global rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável. Para embasar tal discussão, criou-se o Quadro 1.0 (vide anexo) combinando diferentes Conceitos-chaves sobre "Economias": são elas:

- Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Regenerativo
- Economia de Impacto
- Economia Circular
- Economia Compartilhada/Colaborativa
- Economia Criativa

Para cada Conceito, buscou-se reportar dois estágios de avanço do mesmo - que apresenta em diferentes momentos (temporais) qual era então a "Definição" do conceito - organizado pelo Ano. Assim, para o Quadro 2 (Anexo I) leia-se segundo legenda pelos elementos: "Conceito-Chave: Ano/Autores/Instituição + Definição 1 (exemplo inicial) + Definição 2 (exemplo mais atual). Como critérios para escolha destes - foram priorizadas Definições baseadas em Coletivos/Políticas Públicas - que refletem minimamente uma rota de desenvolvimento em torno deste tema, exemplo: Definição apresentada Portaria do Ministério do Desenvolvimento (MDIC) que estabelece o Sistema Nacional da Economia de Impacto (conforme legenda do quadro - à seguir Quadro 1)



Quadro 1 - Exemplo de Quadro

Legenda para a leitura do Anexo	2a Coluna	3a Coluna
Conceito-Chave:	Definição 1	Definição 2
Definição 1. Ano, Autores/Instituição	(Transcrição completa)	(Transcrição completa)

Fonte: Autoras (2024)

Com este esforço, buscou-se retratar alguns fatores-chaves que exemplificam a dinâmica do desenvolvimento sustentável quando, conforme critérios e recorte proposto para este artigo:

- Retratada de diferentes formas em políticas nacionais/supranacionais ou arranjos de coletivos que buscam apontar rumos de desenvolvimento econômico;
- A partir de um olhar temporal de sua evolução, apresentando até duas definições para cada conceito-chave, nestes casos sendo a segunda a mais recente encontrada nesta pesquisa;
- Complementarmente: apresentando o conjunto de Conceitos-Chaves de “Economias” e suas respectivas definições - provocando a leitura de suas sinergias, similaridades e diferentes abordagens para cada um dos focos temáticos que cada Conceito representa.

Por último, reforçamos e reconhecemos que este não é um estudo que esgote as possíveis abordagens de todo e qualquer termo referente à “Economia” ou “Desenvolvimento Econômico” existente. As autoras, se posicionam em defesa de que o enfoque ao Desenvolvimento Sustentável, pautou a priorização de uma amostra de Conceitos-Chave que demonstrem e apoiem nossa defesa do caminho de Desenvolvimento que pode ser reconhecido e descrito no recorte que se propõe para a “Nova Economia”, mais atual (referência ano de 2024).

4 RESULTADOS

Ao descrevermos novos modelos de organização da sociedade pode-se observar alguns Movimentos que aceleram a conexão com o impacto positivo proposto pela adoção de premissas do desenvolvimento sustentável.

4.1 Inovabilidade e Modelos de Colaboração Sistêmica

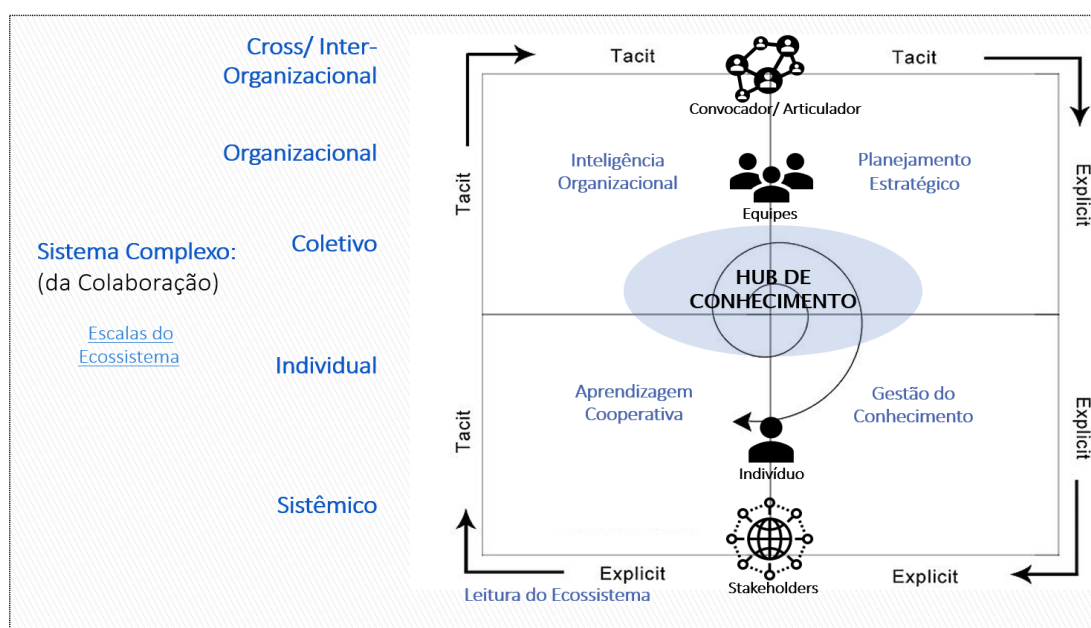
Como um exemplo, citamos o conceito de Inovabilidade¹ (Innovability®©) considerado como um Programa do Governo Italiano com o objetivo abraçar um conceito novo, abrangente e alinhado ao seu sistema de geração de valor para toda a nação. (Deloitte, 2021) Na pesquisa que conduziram avaliaram mais de 400 Micro e Pequenas Empresas - MPes Italianas e mais de 4500 da União Europeia, e concluíram que

¹ As palavras ‘INNOVABILITY®©’ e ‘OPEN INNOVABILITY®©’ são marcas registradas/ trademarks registered pela Enel S.p.A. e com direito autoral assegurado para Enel S.p.A.

Este novo paradigma representa uma ponte entre inovação e sustentabilidade e orientará nosso trabalho em todos os setores em que atuamos, ajudando as empresas a responder de forma sustentável e virtuosa aos novos desafios centrados na inovação, na transição digital e ecológica, e na responsabilidade social. A pesquisa mostrou que a Innovability®© será uma condição prévia para interpretar e gerir corretamente a nova normalidade, desencadeando um círculo virtuoso capaz de impulsionar uma recuperação social e econômica mais inovadora, verde, justa e equitativa para todos. (Deloitte, 2021, tradução nossa).

Com essa nova lente para a leitura do contexto global atual, precisamos compreender arranjos locais de uma maneira cada vez mais sistêmica, inclusive pelo seu potencial de trocas e geração de valor - que extrapola as fronteiras de seu território, seja em contextos de comunidades locais- ou mesmo de fluxos e mobilidade de viajantes, que deixam seu contexto de origem para impactam positiva ou negativamente um novo contexto e economia em que se encontra - em seu Destino receptivo desta viagem. Para a avaliação desta interação - podemos ilustrar como um Modelo de Colaboração aberto e sistêmico, conforme ilustração (Figura 1).

Figura 1 – Modelo de Colaboração Sistêmica



Fonte: Colicchio (2024)

Com uma leitura para Sistemas e interações entre agentes, podemos provocar mais intencionalidade com a troca das atividades econômicas atuais, esse modelo também descreve uma camada de evolução a partir do conhecimento e espaços de aprendizagem ao longo do tempo, baseado na Economia do Conhecimento² (*Making Sense of Modernity*: Giddens, 1998). Esse entendimento de inter-relação, pode ser compreendido a partir da “Conceituação do

² SECI (Nonaka & Takeuchi_ disponível em: Theoretical_models_of_Information_and_Knowledge_Management/the_nonaka_and_takeuchi_knowledge_spiral_model_page_3)



Relacional aplicada de forma mais ampla a processos de ação e interação econômica, no que diz respeito à dinâmica da economia do conhecimento” (Bathelt; Glückler, 2011).

Assim, o Turismo como atividade econômica pode ser entendido como um sistema aberto de multi-stakeholders envolvidos - e ao compreendermos a atividade econômica do turismo como um sistema global - embarcamos uma complexidade de que o Desenvolvimento Sustentável tem uma interconexão direta com Turismo segundo a Organização Mundial do OMT declara desde de 2005: o “Desenvolvimento Sustentável para um modelo de Turismo que se responsabiliza pelo impacto econômico, social e ambiental, atual e futuro - endereçando as necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs locais/receptivos” (UNEP and UN Tourism, 2005). Para além do conceito, incluindo também as diretrizes e práticas para aplicação, segundo:

As diretrizes e práticas de gestão para o desenvolvimento do turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os diversos segmentos de turismo de nicho. Os princípios da sustentabilidade referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio adequado deve ser estabelecido entre essas três dimensões para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Assim, o turismo sustentável deve: Fazer uso ótimo dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade. Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar seu patrimônio cultural construído e vivo, bem como seus valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural.

Garantir operações econômicas viáveis e de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos a todas as partes interessadas, distribuídos de maneira justa, incluindo emprego estável, oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, além de contribuir para a redução da pobreza. (OMT - Making Tourism More Sustainable, UNEP and UN Tourism, 2005, p.11-12, tradução nossa)

Quando usamos a lente de impacto, para o recorte do Meio-Ambiente, entendemos que a Natureza precisa da colaboração e da co-responsabilização dos humanos como agentes econômicos, para a sua proteção e regeneração. Como porta-voz, que foi pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e atualmente é pesquisador sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - António Nobre defende que a Colaboração é o modelo referência da Natureza (Nobre, 2019) e portanto, deveria ser assim nossa base, como atores-chave nesta interação com o nosso ecossistema natural - no qual somos parte intrínseca.

4.2 Novos Modelos: Turismo & Impacto Ambiental Positivo

Portanto, devemos compreender a atividade econômica do turismo a partir de uma compreensão de seu potencial de gerar parcerias ganha-ganha-ganha (negócios, comunidade local e o mundo, leia-se o ecossistema natural), especialmente se valorizarmos os saberes e o conhecimento ancestral carregado a cada geração pela comunidade tradicional em seu território. Esse processo de valorização, ou de gerar valor com o compartilhamento do nosso espaço (Destino Turístico Receptivo) dos nossos Saberes e Cultura (Bens imateriais), está associado ao primeiro estágio de interação, com respeito ao reconhecer o direito de cada



comunidade. Existem outros estágios de conexão, que merecem um cuidado, que está alinhado ao conceito dos “Commons”: Conhecimento, Território e Espaço Urbano (International Association for the Study of Commons-IASC), por exemplo, os saberes voltados a preservação poderiam chegar a ser conhecidos, protegidos, valorizados e aplicados por toda a humanidade, de acordo com o contexto local - reforçando um sentido de Ação Coletiva, conforme proposto por Elinor Ostrom (*Governing the Commons: The evolution on institutions for collective action*. OSTROM, 1990)

Alguns exemplos de Inovação associada a maneira como a economia passou a valorizar a preservação e cuidado de ambientes naturais, podem ser mencionados: Nova Modelagem para Parcerias nas Unidades de Conservação e Parques Estaduais no Estado de São Paulo - realizado pela Fundação do Instituto de Administração- FIA e Fundação Florestal do Estado de São Paulo (Portaria Normativa FF/DE nº 372/2023- Autorizações de Uso de Área para prestação de serviços de apoio ao Uso Público, em Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal) e no Paraná- Estudo com a Fundação Boticário lançado em 2024, que apresentam 3 três exemplos existentes de parcerias:

1. PARCERIA DE USO PÚBLICO EM UC ESTADUAL - Parque Estadual da Ilha Anchieta, em Ubatuba/ SP, a Fundação Florestal, órgão gestor das UCs no estado de São Paulo, firmou, em 2023, Termo de Permissão de Uso com empresa para a realização de serviços de hospitalidade
2. PARCERIA DE USO PÚBLICO EM UC FEDERAL - Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, UC marinha administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, localizada em São Sebastião/SP
3. PARCERIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DE UC ESTADUAL COM COMUNIDADE INDÍGENA - Termo de Cooperação Técnica entre o IAT e o Instituto e Centro de Formação Etno Bio Diverso Ângelo Kretã, para a gestão compartilhada da Floresta Estadual Metropolitana, localizada na Região Metropolitana de Curitiba (Piraquara/PR), com uma comunidade indígena. (Manual de Boas Práticas - APRIMORAMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS PARCERIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPITALIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: Instrumentos de permissões de uso e autorizações diretas. Fundação Boticário, 2024)

4.3 Novos Modelos: Distritos de Inovação & Desenvolvimento territorial

Quando consideramos o olhar para o Território como o locus da atividade turística e por consequência espaço de compartilhamento, interação e troca entre os agentes, podemos considerar outros diferentes olhares para modelos inovadores de desenvolvimento sustentável. Diferentes comunidades e arranjos locais estão adotando as Soluções Baseadas na Natureza (Nature Based Solutions) ou Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA, como modelagem econômica de geração de valor compartilhado com valorização dos ambientes naturais.

Case: Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) - Lei nº 14.119 em 13 de janeiro de 2021.

Esta nova lei nacional de PSA- instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), além de prever o estabelecimento do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), criar o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e dispor sobre os Contratos de Pagamento por Serviços Ambientais.



A política de PSA reconhece e valoriza as atividades humanas que estimulam a conservação e a recuperação dos recursos naturais e que geram um benefício – o serviço ambiental - sendo uma forma de impulsionar o ganho de escala da restauração florestal no País, já que há diversas iniciativas locais em andamento que promovem a proteção e restauração de florestas por meio de PSA. (Lícia Azevedo - The Nature Conservancy Brazil, 2021.

Nestes arranjos, um olhar sistêmico e multi-atores que embarcam a conservação e valorização da natureza em um extenso território com essa pauta em comum, podemos citar a “Grande Reserva da Mata Atlântica” - que se descreve como uma “oportunidade única para o desenvolvimento a partir da conservação da biodiversidade e da valorização da cultura e história local. Com a floresta em pé e abundante vida selvagem é possível oferecer experiências de ecoturismo mais autênticas aos visitantes e, ao mesmo tempo, criar empregos, gerar renda e melhorar a qualidade de vida de muitos brasileiros” (Grande Reserva Mata Atlântica©, 2022) Essa iniciativa voluntária reúne diversos atores – públicos, privados, comunitários, não governamentais e da academia – para promover ações de desenvolvimento regional focadas no turismo de natureza dentro do maior remanescente de Mata Atlântica do mundo. Em quase 3 milhões de hectares de ambientes naturais conservados, localizados entre os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Figura 2 – Mapa de Ilustração da Grande Reserva da Mata Atlântica©



Fonte: Grande Reserva Mata Atlântica© copyright, 2022.



O movimento nasceu da convicção de que a preservação e conservação da natureza são vitais para o equilíbrio do planeta e para as gerações futuras. Defende que o turismo pode ser uma atividade econômica positiva quando realizada de forma responsável e sustentável, podendo viabilizar uma economia restaurativa e melhorar a qualidade de vida de dezenas de comunidades tradicionais e históricas. Este trabalho oferece uma oportunidade única para a conservação de uma das áreas mais importantes em biodiversidade do mundo. A Mata Atlântica é um patrimônio do Brasil e precisa ser valorizada, reconhecida e preservada por todas as pessoas.

Ao abrigar uma rica vida selvagem, montanhas, cavernas, cachoeiras, baías, manguezais e praias, esta área é considerada um importante patrimônio natural, cultural e histórico, e a iniciativa visa projetá-la como um destino de turismo de natureza reconhecido nacional e internacionalmente (Grande Reserva Mata Atlântica© copyright 2022)

Outro conceito o de Soluções Baseadas na Natureza - SbN proposto pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em seu Standard Globais para *Nature-based Solutions- NbS*, e propor como conceito que “As Soluções Baseadas na Natureza abordam os desafios sociais por meio de ações para proteger, manejar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais e modificados, beneficiando simultaneamente as pessoas e a natureza.” (IUCN, n/d, tradução nossa). Como meta eles encaram os maiores desafios como: mudanças climáticas, mitigação do risco de catástrofes, segurança alimentar e hídrica, perda de biodiversidade e saúde humana, cada um e todos sendo fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Ainda neste contexto, o Urbanismo expande a possibilidade de leitura territorial, quando nos apresenta com a oportunidade de discutir ambos: a ocupação físico-espacial do território e também o desenvolvimento sociocultural deste local. Podemos assim, apresentar novos modelos de desenvolvimento pautados na Ciência e Pesquisa - em seu potencial de Mobilidade de Pesquisadores, Professores e Talentos para o desenvolvimento tecnológico e de soluções sustentáveis - como uma nova modalidade de turismo, que embarca a demanda por troca ou intercâmbio de conhecimento e/ou co-construção de pesquisa e projetos em parcerias.

Como um exemplo reconhecido, o Case do HIDS - Hub Internacional de Desenvolvimento Sustentável de Campinas, um empreendimento inédito que visa consolidar-se como um ecossistema integrado de ciência, tecnologia, inovação e urbanismo sustentável. Com uma abordagem interdisciplinar, o HIDS reúne diversas instituições acadêmicas, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), além de empresas, startups e organizações da sociedade civil, com o propósito de fomentar a cooperação em torno de soluções que atendam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. O projeto se estrutura a partir de um modelo de quintupla hélice, envolvendo a colaboração entre governo, setor privado, academia, sociedade civil e o meio ambiente, criando um ambiente propício à inovação responsável e ao desenvolvimento sustentável (HIDS, 2024).

O planejamento urbano e a gestão territorial do HIDS têm como princípio norteador a incorporação de práticas sustentáveis e tecnologias emergentes, com ênfase em energias renováveis, economia circular, mobilidade urbana sustentável e gestão eficiente de recursos naturais. Ao promover a convergência entre inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental, o HIDS busca fortalecer a resiliência climática e estimular o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, articulando uma visão integrada de governança



territorial. Por meio de uma abordagem participativa e inclusiva, que envolve os múltiplos atores da sociedade na co-criação de soluções inovadoras, o HIDS se destaca como um projeto de referência em desenvolvimento sustentável urbano. A proposta de infraestrutura colaborativa e orientada pela inovação aberta oferece um modelo replicável para regiões globais interessadas em integrar ciência, tecnologia e sustentabilidade em suas estratégias de desenvolvimento urbano e territorial.

O HIDS abarca o conceito de Desenvolvimento Urbano Baseado no Conhecimento (*Knowledge-Based Urban Development – KBUD*), que se refere a uma abordagem de planejamento urbano que prioriza a economia do conhecimento como motor de crescimento e inovação nas cidades. Conforme Yigitcanlar (2007), o KBUD envolve a transformação de áreas urbanas em espaços dedicados ao desenvolvimento, uso e circulação do conhecimento, promovendo a interação entre o capital humano, tecnologias e infraestruturas para a criação de valor econômico e social. Essa abordagem visa criar "cidades do conhecimento", onde atividades intensivas em conhecimento, como pesquisa, inovação e educação, são catalisadoras do desenvolvimento sustentável e da competitividade global.

Em termos de práticas globais, Yigitcanlar e Velibeyoglu (2008) destacam que o KBUD está intrinsecamente ligado ao conceito de 'precintos de conhecimento', que são áreas urbanas especificamente planejadas para reunir universidades, centros de pesquisa, empresas de tecnologia e instituições governamentais. Cidades como Brisbane, na Austrália, são exemplos de como a integração de tais precintos pode resultar em estratégias de desenvolvimento local sustentadas por um ambiente colaborativo e propício à inovação. O planejamento dessas áreas envolve, ainda, um forte compromisso com a sustentabilidade urbana, onde os princípios de economia circular e resiliência ambiental são integrados ao desenvolvimento do conhecimento.

O KBUD, segundo Yigitcanlar (2011), transcende a criação de infraestrutura física e tecnológica; trata-se de uma transformação cultural e econômica, onde o conhecimento se torna o ativo central para o desenvolvimento urbano. Para que o KBUD seja eficaz, é necessário adotar uma abordagem inclusiva que envolva a participação ativa de todos os atores sociais – governo, setor privado, academia e cidadãos – na formulação de políticas e na criação de espaços urbanos que fomentem a inovação. A transição para cidades do conhecimento requer um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade social e ambiental, configurando o KBUD como um modelo contemporâneo para o crescimento urbano sustentável em um mundo cada vez mais orientado pela informação e pela inovação.

Os KBUDS também se revelam como espaços com potencial de desenvolvimento de metodologias de Urban Living Labs, que são espaços experimentais focados em encontrar soluções sustentáveis para os desafios urbanos contemporâneos. Uma característica fundamental desses laboratórios é a ênfase na experimentação em ambientes reais, permitindo que as inovações sejam testadas diretamente nas cidades. Além disso, esses espaços promovem a co-criação, onde diferentes partes interessadas, como cidadãos, governos, empresas e instituições de pesquisa, colaboram ativamente no desenvolvimento de soluções para problemas complexos, como as mudanças climáticas e a transição energética. A co-criação é central para o sucesso dos Living Labs, diferenciando-os de outras abordagens de inovação.

Outra característica importante dos Living Labs Urbanos é o foco em criar soluções que não apenas atendam a demandas locais, mas que também possam ser replicadas em outras



regiões. A interação entre diferentes atores nos processos de pesquisa e desenvolvimento é vista como essencial para promover inovações que sejam não apenas tecnológicas, mas também socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis. Esse processo iterativo de desenvolvimento permite que as inovações sejam ajustadas com base no feedback dos usuários, aumentando sua aplicabilidade e aceitação no mercado (Steen, Van Bueren, 2017).

No exemplo citado do HIDS, as Universidade e as Instituições do território passam a ressignificar e a valorizar então: Espaços Convivência, Troca de Conhecimento e a Diversidade, agora pautada na necessária Interdisciplinaridade dos projetos para focarem no desenho de soluções para grandes questões e desafios, com uma rede ou Hub como catalisador para esses encontros. Nessa direção, a cidade se torna além de um polo de atração de talentos ou cérebros na ciência e para o desenvolvimento tecnológico, mas também um locus prático da cultura de experimentação, aberta ao novo e para co-construir um futuro sustentável (

5 CONCLUSÃO

Ao abordarmos o Desenvolvimento Sustentável faz-se importante reconhecer um contexto local do Sul-Global e a importância de destacarmos cada vez mais casos de aplicação e regionalismos, segundo aplicação e descrição de modelos de desenvolvimento regionais/locais. No contexto Brasil, um país continental a abordagem da Economia de Impacto tem que respeitar por exemplo, o Tripé Econômico, Social e Ambiental (*Triple Bottom Line – TBL por John Elkington, 1994*) ou (ESG - Ambiental, Social e a Governança), em especial por não podermos desassociar a realidade e contexto locais de desigualdades e assimetrias no território, ou desigualdades atualmente reforçadas por modelos econômicos de desenvolvimento que reforçam a concentração de renda/riqueza no país.

Isso posto, o enfoque Ambiental do Impacto das atividades de Turismo, passa também pelo desenvolvimento sustentável da qualidade de vida da comunidade local (de um determinado destino receptivo), por tanto a análise da complementaridade dos diferentes modelos de desenvolvimento econômico ou de uma “Nova Economia” - pode apresentar rumos e oportunidades de pautar um desenvolvimento mais igualitário, e a busca por um desenvolvimento sustentável - pautado nos ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. Para concluir e contemplar essa necessária crítica ao determinismo de um único conceito de “desenvolvimento sustentável” acordado, pode indicar a sugestão e recomendação da ONU - Organização das Nações Unidas no Brasil, da necessária inclusão do ODS 18 Igualdade Étnico-Racial, como exemplo de protagonismo de movimentos articulados sociais do Brasil pela inclusão de Equidade na Agenda 2030.

AGRADECIMENTOS

Laura Martins de Carvalho é pós-doutoranda do CEUCI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e sua pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/04126-0.



REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALEXANDER, Charles P. et al. **The new economy**. Time Magazine, v. 30, p. 62-70, 1983.

BATHELT, Harald; GLÜCKLER, Johannes. **The relational economy: Geographies of knowing and learning**. [s.l.]: OUP Oxford, 2011.

BARRETO JR, Walter. **Economia Compartilhada: Um Estudo Para O Brasil**. Brasil, Amazon Digital Services LLC, 2021.

COHEN, Sir Ronald. **Sobre Impacto: Um guia para a Revolução do Impacto**. Impact Revolution ORG, 2018. Disponível em: <https://onimpactnow.org>

COLICCHIO, Thais Andrade. **Modelo conceitual do ambiente de colaboração**. 2024. 1 recurso online (115 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Tecnologia, Limeira, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/21214>. Acesso em: 22 set. 2024.

Deloitte Connect for the Future. **Innovability. 2021**. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/it/it/pages/about-deloitte/articles/connect-for-future---innovability-eng--deloitte-italy---about.html>.

European Parliament, 2015. Circular economy: definition, importance and benefits. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu>.

ELKINGTON, John. **Enter the Triple Bottom Line**. Cap. 1, p.1-16, 2004. Disponível em: <https://johnelkington.com/archive/TBL-elkington-chapter.pdf>

GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversations with Anthony Giddens: Making sense of modernity**. [s.l.]: Stanford University Press, 1998.

IUCN, (N/D) Nature-based Solutions. Disponível em: <https://iucn.org/our-work/nature-based-solutions>.

LYLE, John Tillman. **Regenerative design for sustainable development**. John Wiley & Sons, 1996.

MANDEL, Michael. The Triumph of the New Economy. A powerful payoff from globalization and the Info Revolution. **Business Week**, v. 30, p. 31-35, 1996.

MANG, Pamela ; HAGGARD, Ben. **Regenerative development and design: a framework for evolving sustainability**. John Wiley & Sons, 2016.

MIGUEL, C.; MARTOS-CARRIÓN, E.; SANTA, M. A Conceptualisation of the Sharing Economy: Towards Theoretical Meaningfulness. In: ČESNUIITYTĚ, V.; KLIMCZUK, A.; MIGUEL, C.; AVRAM, G. (eds). **The Sharing Economy in Europe**. Palgrave Macmillan, Cham, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-86897-0_2.

NOBRE, A. D. Selvagem ciclo de estudos sobre a vida. 2019. Recuperado de: https://youtu.be/Nhom_vWVFos.

OSTROM, Elinor. Governing the commons. **The evolution on institutions for collective action**. Cambridge University Press, Political Economy of Institutions and Decisions Series, 1990.

PORTARIA GM/MDIC Nº 192, DE 19 DE JUNHO DE 2024. Estabelece o Sistema Nacional de Economia de Impacto - SIMPACTO. Diário Oficial da União, 20/06/2024. Seção: 1, p. 32. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/mdic-n-192-de-19-de-junho-de-2024-566908379>.

RAWORTH, Kate. Doughnut economics: Seven ways to think like a 21st-century economist. **Chelsea Green Publishing**, 2017.

REED, Bill; MANG, Pamela. Regenerative Development and Design. 2nd ed. Regenes Group, 2024. Disponível em: https://www.regenerat.es/wp-content/uploads/2024/01/2nd-Edition-Update-Regenerative_Design_and_Development.pdf.



ROMA, Dhanani. The history of regeneration and regenerative sustainability. The Sustainable Agency, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://thesustainableagency.com/blog/the-history-of-regeneration-and-regenerative-sustainability/>.

STEEN, Kris; VAN BUEREN, Ellen. The defining characteristics of urban living labs. **Technology Innovation Management Review**, v. 7, n. 7, p. 21-33, 2017. Disponível em: <http://www.timreview.ca/article/1088>. Acesso em: 22 set. 2024.

Secretaria de Economia Criativa. Plano da Secretaria de Economia Criativa (Plan of the Brazilian Secretary of Creative Economy 2011-2014). Ministério da Cultura, 2012.

The Nature Conservancy (TNC), 2022. A regulamentação do Pagamento por Serviços Ambientais. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/artigos-e-estudos/lei-psa-1ano/>.

UNEP; UNWTO, 2005. *Making Tourism More Sustainable – A Guide for Policy Makers*. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/making-tourism-more-sustainable-guide-policy-makers>.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2024. *Creative Economy Outlook 2024*. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctsce2024d2_en.pdf.

Organizações das Nações Unidas (ONU), 1987. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

VML, 2018. The New Sustainability Regeneration. Disponível em: <https://www.vml.com/insight/the-new-sustainability-regeneration>.

WEF - World Economic Forum. Moving from corporate responsibility to impact, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2023/04/moving-from-corporate-responsibility-to-impact/>.

Yale Law School, 2024. Sharing it nicely: On Shareable Goods and the Emergence of Sharing as a Modality of Economic Production. Disponível em: https://openyls.law.yale.edu/bitstream/handle/20.500.13051/2512/_Sharing_Nicely__On_Shareable_Goods_and_the_Emergence_of_Sharing_as_a_Modality_of_Economic_Production.pdf?sequence=2&isAllowed=y.

YIGITCANLAR, Tan. Knowledge-based urban development redefined: from theory to practice knowledge-based development of cities. **Summit Proceedings of the 4th Knowledge Cities World Summit**, p. 389-399, 2011. Disponível em: <https://eprints.qut.edu.au/46970/>.

YIGITCANLAR, Tan. The making of urban spaces for the knowledge economy: global practices. **Knowledge Cities: Future of Cities in the Knowledge Economy**. Selangor: Scholar Press, 2007. p. 73-97. Disponível em: <https://eprints.qut.edu.au/14451/1/14451.pdf>.

YIGITCANLAR, Tan; VELIBEYOGLU, K. Knowledge-based urban development: local economic development path of Brisbane, Australia. **Local Economy Journal**, v. 23, n. 3, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02690940802197358>.



ANEXO I

Quadro 1 - Comparação de Conceitos - Chaves

CONCEITO: Ano, Autores (Instituição)	Definição 1	Definição 2
Desenvolvimento Sustentável 1987 Nosso Futuro Comum Relatório de (ONU) 2015 Organização das Nações Unidas (ONU)	O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.	Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil
Desenvolvimento Regenerativo 1996 LYLE, John Tillman (Regenesis Group) 2016 MANG, Pamela & HAGGARD, Ben (Regenesis Group)	“Desenvolvimento Regenerativo: Um sistema de tecnologias e estratégias de desenvolvimento que trabalha para aumentar a capacidade dos seres vivos de coevoluir, para que o planeta continue a expressar o seu potencial de diversidade, complexidade e criatividade através da harmonização das atividades humanas com a evolução contínua da vida no nosso planeta, ao mesmo tempo que continuamos a desenvolver o nosso potencial como seres humanos. O desenvolvimento regenerativo fornece a estrutura e cria a capacidade local necessária para garantir que os processos de design regenerativo alcancem a máxima alavancagem e suporte sistêmico ao longo do tempo”	“Coevoluindo em parceria com a natureza. O Desenvolvimento Regenerativo apresenta uma leitura coerente para estabelecer parcerias ao buscar na sustentabilidade dentro dos modelos conceituais e frameworks de sistemas de vida que evoluem. Ele funciona ao desenvolver a capacidade em sistemas de vida – sociais e também naturais, que expressam seu potencial pela diversidade, complexidade e criatividade”.
Economia de Impacto: 2018 Sir Ronald Cohen Um guia para a Revolução do Impacto 2024 Ministério do Desenvolvimento (MDIC)	“Impacto” é uma ideia cujo momento chegou. A revolução do impacto é o motor de uma mudança histórica e está destinada ao sucesso. “Economias de impacto”, nas quais as decisões são baseadas em risco-retorno-impacto, estão ao nosso alcance. O propósito da Revolução do Impacto é visualizar um mundo onde a desigualdade está diminuindo, onde os recursos naturais são regenerados e as pessoas podem liberar todo seu potencial e tirar proveito de uma prosperidade compartilhada. Um mundo focado não apenas em minimizar danos, mas em fazer o bem de forma mensurável.	“Considera-se economia de impacto modalidade econômica caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, contribuindo para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo”.
Economia Circular: 2015 Parlamento Europeu 2018 International Organization for Standardization (ISO)	“um modelo de produção e consumo que envolve compartilhar, alugar, reutilizar, reparar, reformar e reciclar materiais e produtos existentes pelo maior tempo possível. Desta forma, o ciclo de vida dos produtos é prolongado.”	“estabeleceu um comitê técnico, TC 323, no domínio da economia circular para desenvolver quadros, orientações, ferramentas de apoio e requisitos para a implementação de atividades de todas as organizações envolvidas, para maximizar a contribuição para o Desenvolvimento Sustentável.”
Economia Compartilhada ou Colaborativa: 2020 Economia Compartilhada: Um Estudo para o Brasil BARRETO JR, Walter	Apresentou um compilado de Definições da Economia Compartilhada como movimentos teóricos e práticos do compartilhamento que sempre existiram na sociedade, e os fatores econômicos e sociais que ocorreram no século XX que fizeram com que o compartilhamento do passado se	“A Economia Compartilhada é um sistema socioeconômico fechado facilitado por plataformas digitais que correspondem à procura e oferta de serviços peer-to-peer com base de regras e cultura dos intervenientes da plataforma.”



2022 The Sharing Economy in Europe	tornasse a Economia Compartilhada do sec. XXI	
Economia Criativa: 2012-2014 Brazilian Creative Economy Plan 2024 Creative Economy Outlook 2024 - United Nation (UNCTAD)	“É aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo de geração de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando na produção de riqueza cultural, econômica e social”	“Indústrias criativas” como ciclos de criação, produção e distribuição que alavancam a criatividade e o capital intelectual. Estas indústrias abrangem atividades baseadas no conhecimento centradas na cultura e no património, incluindo atividades tangíveis e intangíveis. produtos criativos com valor econômico. A “economia criativa” é um conceito em evolução que impulsiona o crescimento econômico, apoia o emprego criação e promove a inclusão social e a diversidade cultural. Enfatiza a integração aspectos econômicos, culturais e sociais com tecnologia e propriedade intelectual

Fonte: (Autoras 2024, tradução nossa).